

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Mineração em área indígena avança.....	2
Título: Exploração de petróleo em Abrolhos, catástrofe evitável	3
Título: Abertura do mercado de gás deixa Exxon “otimista”	6
Título: Petros vende posição em sete fundos de participação	7
Título: Destaques	9
Título: Vale mantém meta anual de 400 milhões de toneladas	9
Título: Justiça rejeita denúncia contra conselheiros da Samarco	11
Título: Para alinhar preço ao importado, siderúrgicas vão sustar descontos.....	12
Título: Vereadores querem indiciar direção da Braskem.....	13
Título: Príncipe saudita quer ricos do país em IPO da Aramco	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Petrobras quer indenização de sindicalistas por ações políticas.....	18
Título: Com privatizações, Receita aumenta arrecadação e registra R\$ 119,9 bilhões	19
Título: EXXON, O RETORNO.....	21
Título: Investidores elevam pressão por maior segurança na mineração brasileira	21
VEÍCULO: O Globo	22
Título: Faltam só 55 dias	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/09/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Mineração em área indígena avança**

Governo pretende encaminhar ao Congresso até semana que vem projeto que regulamenta atividade

O governo pretende encaminhar ao Congresso, até o fim do mês, o projeto de lei que vai regulamentar a mineração em reservas indígenas, disse ontem o **secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira**. Segundo ele, as comunidades indígenas serão consultadas, mas sem caráter vinculativo. Significa que a União vai ouvir os envolvidos, mas é soberana para decidir sobre a exploração ou não das reservas em terras indígenas.

Vidigal disse que o projeto de lei deve trazer detalhes sobre como se dará a compensação aos índios (se por meio de royalties fixos ou participação nos lucros, por exemplo) e sobre a forma como as comunidades indígenas serão consultadas. Segundo o secretário, o governo entende que não é necessário obter a concordância das comunidades locais para exploração mineral em suas reservas, mas que os projetos só tendem a se viabilizar se houver a aceitação dos indígenas.

“Pela letra da Constituição, não há que se cogitar veto [de indígenas à atividade mineral]... Evidentemente que, no momento em que certa comunidade indígena se manifesta contrariamente a uma atividade mineral, evidente que não haverá essa atividade desenvolvida. Não haverá empreendedor interessado em fazer. Quem empreende quer tranquilidade, não conflito”, afirmou o secretário no evento FT Commodities Americas Summit 2019, no Rio.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o setor de mineração atrai investimentos de US\$ 4 bilhões ao ano. Vidigal disse que a intenção do presidente Jair Bolsonaro de expandir a atividade de mineração na Amazônia é “absolutamente permitida”. Segundo ele, a Constituição assegura a atividade mineral em qualquer parte do território nacional, “evidentemente sob condições”. No caso de área indígena, a liberação é permitida desde que ouvida a comunidade e haja aprovação do Congresso. “Então é equivocado dizer que é proibida a mineração em área indígena”, comentou.

O secretário acrescentou que a reação contrária à expansão da mineração na Amazônia é resultado da associação que a sociedade faz da atividade com a imagem do garimpo ilegal, mas que “essa não é a mineração que queremos”. “Essa mineração só será compreendida e modificada se o governo cumprir o seu papel e enfrentar o problema. É um caso de polícia, sim, mas é um caso de políticas públicas também. Porque esse garimpeiro que se presta a uma condição ilegal e irregular o faz porque não encontra no Estado um caminho adequado para enfrentar de modo ilícito e regular sua atividade.”

Sobre as atividades de garimpo, Vidigal disse que o governo trabalha, em um “primeiro passo”, para trazer as pessoas da informalidade para a formalidade. “Queremos encontrar mecanismos de trazê-los à formalidade. Não se trata de salvo-conduto, vão ter de preencher requisitos.”

O Ministério de Minas e Energia, segundo o secretário, deve concluir em 60 dias o grupo de trabalho interno que faz um estudo aprofundado sobre a atividade de garimpo no Brasil. Oliveira afirmou que o poder público ainda é muito carente de informações sobre o potencial mineral do país. Nesse sentido, o governo fechou um convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para aprofundar a análise econômica da atividade no país.

Segundo ele, o potencial das áreas indígenas na Amazônia é “muito forte” em recursos como cobre, ouro, nióbio e potássio. “A Amazônia tem potencial para dar autonomia para produção de fertilizantes no país”, disse.

Questionado sobre os riscos ambientais envolvidos na mineração em reservas indígenas, o secretário disse que a mineração moderna é sustentável. “Ninguém consegue mais autorização para projetos sem degradação controlada. A mineração moderna é de absoluta compatibilidade com a sustentabilidade.”

Oliveira comentou, ainda, sobre a tragédia do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). Para ele, a tragédia na barragem da mina é “muito mais um fato excepcional do que um ponto de preocupação generalizado”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2019

Seção: Opinião

Autor: Guilherme Dutra e J. Gesisky

Título: Exploração de petróleo em Abrolhos, catástrofe evitável

Rejeitos da barragem de Fundão, em Mariana (Minas Gerais), se deslocaram pelo rio Doce e atingiram parte do Banco dos Abrolhos, a 160 quilômetros de

distância, no litoral da Bahia, conhecido como o maior banco de corais do Atlântico Sul. Resíduos de minério de ferro foram detectados pouco mais de sete meses depois da tragédia de Mariana por uma equipe de cientistas, segundo estudo divulgado em agosto.

Um eventual vazamento de óleo na extração de petróleo na Bacia de Camamu-Almada poderá causar um estrago ainda maior em toda a extensão do banco de corais, estima relatório de impacto ambiental de perfuração na bacia, que tem quatro blocos lançados à licitação pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O leilão das áreas está marcado para outubro.

Corais também são barreira natural à ação do mar no Extremo Sul da Bahia, protegendo o litoral da erosão

A diferença entre as duas catástrofes sobre um ecossistema tão raro quanto frágil, além do impacto na biodiversidade marinha, é que a segunda delas ainda pode ser evitada. Mantida a inclusão dos blocos de Camamu-Almada na 16ª Rodada de Licitações, cabe às empresas do setor evitar essas áreas no leilão, prezando por sua imagem e pela sua responsabilidade socioambiental.

Estudo publicado na revista acadêmica “Science of the Total Environment” é o primeiro e mais abrangente sobre o impacto da ruptura da barragem de minério de ferro de Fundão, ocorrida em novembro de 2015, no Banco dos Abrolhos e sobretudo no seu limite mais ao sul, a 80 quilômetros de distância da foz do Rio Doce. A presença de rejeitos na região foi detectada em junho de 2016. O estudo publicado agora conclui que, mesmo em baixa concentração, o rejeito de ferro pode induzir a proliferação de microorganismos tóxicos capazes de dizimar os corais. Por isso, os autores recomendam um programa de monitoramento de longo prazo nos recifes.

Ronaldo Francini-Filho, professor do departamento de Engenharia e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba e um dos autores do estudo, lembra que os corais já sofrem o impacto da maior onda de calor no meio marinho brasileiro em toda a história, impacto esse ampliado pela lama tóxica da tragédia de Mariana. A eles se somam impactos potenciais da exploração de óleo e gás.

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) passou por cima de recomendação de seus próprios técnicos, que defendiam estudos mais aprofundados, e autorizou a inclusão de quatro blocos da bacia de Camamu-Almada, no litoral baiano, na 16ª Rodada de Licitações.

Documento assinado pelo diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Décio Oddone, e pelo presidente do Ibama, Eduardo Bim, reconhece o risco de derrames acidentais de óleo atingirem “em curto espaço de tempo importantes áreas com espécies endêmicas e ameaçadas”. Ainda assim, o negócio foi liberado. Os recifes de Royal-Charlotte, ao norte de Abrolhos, encontram-se a aproximadamente 130 quilômetros dos blocos a serem licitados. Uma distância menor do que a percorrida pelos rejeitos de minério de ferro da barragem de Fundão.

Relatório de impacto ambiental de perfuração realizada em junho de 2013 na bacia de Camamu-Almada prevê alto impacto de um eventual derramamento de óleo em toda a extensão do banco de corais. Os técnicos do Ibama defenderam que a oferta dos novos blocos deveria ser precedida de estudos ambientais de caráter estratégico. Camamu-Almada já produz gás no campo de Manati.

O Complexo dos Abrolhos é reconhecidamente a área mais extensa e biologicamente mais rica de recifes coralinos no Oceano Atlântico Sul. Abrolhos também é conhecida como principal área de reprodução de baleias-jubarte nessa região do Oceano Atlântico.

A presença de poluentes, como os resíduos de minérios, e um eventual derramamento de petróleo agravam as pressões por que os corais de Abrolhos já vêm passando por conta do aquecimento global. Uma pesquisa em curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) já detectou a morte em larga escala de corais de fogo em pelo menos dois pontos da Região dos Abrolhos, Corumbau e Coroa Vermelha.

Raquel Peixoto, professora de Microbiologia da UFRJ e coordenadora da rede de pesquisa BMMO (Beneficial Microorganisms of Marine Organisms), envolvida na pesquisa em áreas da Região dos Abrolhos, ressalta que as mudanças climáticas provocam eventos de branqueamento, que podem levar a morte de corais, em períodos mais longos de anomalias climáticas. “Esse risco global existe, não se pode evitar, mesmo que as emissões de CO2 parassem imediatamente. Mas, quanto mais estresse local, com um eventual vazamento de petróleo, maior o risco, maior o impacto nessas comunidades”.

O branqueamento dos corais ocorre porque as algas, que vivem associadas a eles e são fonte de alimento, tornam-se tóxicas e são expelidas em meio ao aquecimento das águas. Esse problema torna-se irreversível quando a anomalia

climática se prolonga. Foi o que aconteceu com corais de fogo na Região dos Abrolhos.

Como parte importante dos corais é endêmica, só existe naquela região, o processo de restauração como já vem sendo desenvolvido em outros países se complica. Os corais são fonte de alimento para parte da fauna marinha da região e também funcionam como barreira natural à ação do mar no Extremo Sul da Bahia, protegendo o litoral da erosão.

Uma biodiversidade tão rica e relevante não pode ficar vulnerável a uma nova catástrofe já anunciada.

Guilherme Dutra é diretor de Estratégia Costeira e Marinha da Conservação Internacional.

Jaime Gesisky é especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil. Este artigo é subscrito pela Conexão-Abrolhos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Abertura do mercado de gás deixa Exxon “otimista”

Empresa considera que as mudanças regulatórias da indústria de gás, no país, estão “no caminho certo”

A ExxonMobil está “otimista” com a abertura do mercado brasileiro de gás natural, disse ontem a diretora comercial da companhia no Brasil, Vania Carvalho. Segundo ela, as mudanças regulatórias da indústria de gás, no país, estão “no caminho certo”, mas a abertura não será concluída no curto prazo.

“O tempo para esse processo [de abertura] acontecer, de liberalização, não acontece muito rápido, é um processo muito demorado. Podemos mencionar o exemplo dos Estados Unidos, um mercado muito desenvolvido, mas onde esse processo começou há várias décadas até chegar no ponto em que chegou. Na Europa, começou-se a se pensar na liberalização do mercado de gás no início dos anos 2000. E até hoje não está totalmente liberalizado. O governo vai ter que, nos próximos anos, manter um foco contínuo nesse processo. Teremos mudanças de governo nesse período, mas temos que continuar a manter o foco”, afirmou a executiva, durante o FT Commodities Americas Summit 2019.

Vania disse que, para que o mercado brasileiro de gás se consolide, o país terá que superar alguns gargalos e promover a sua demanda e infraestrutura.

Ela destacou que a ExxonMobil investiu cerca de R\$ 15 bilhões, desde 2017, na expansão da carteira de ativos no Brasil. Ao todo, possui 29 áreas de exploração e produção de óleo e gás no país, nas bacias de Campos, Santos, Sergipe-Alagoas, Ceará e Potiguar, tendo sido 27 delas compradas nos últimos dois anos. Segundo a executiva, no entanto, a maioria desses ativos se encontra ainda em fase inicial de exploração. “No curto prazo ainda não estaremos produzindo gás desse portfólio”, disse.

A ExxonMobil, no entanto, tem boas perspectivas no pré-sal. A petroleira é sócia da Equinor, por exemplo, no projeto de Carcará, na Bacia de Santos, que tem potencial para produção de gás associado ao petróleo. A expectativa, contudo, é que a concessão comece a operar reinjetando o gás.

Além disso, a Exxon tem apostado nas águas profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas. A empresa adquiriu nove concessões na região, nas proximidades de descobertas feitas pela Petrobras na costa sergipana (Cumbe, Barra, Farfan, Muriú, Moita Bonita e Poço Verde).

A ExxonMobil também planeja ser fornecedora de gás natural liquefeito (GNL) importado. A empresa é sócia, com 30%, da Qatar Petroleum na Ocean LNG, joint venture que fornecerá GNL para o complexo termelétrico de Barra dos Coqueiros (SE), da Celse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Petros vende posição em sete fundos de participação

Spectra pagou R\$ 180 milhões na maior transação secundária do mercado de private equity local

A fundação Petros vendeu suas cotas em sete fundos de investimento em participações (FIPs) para a gestora Spectra. É a maior transação do mercado secundário de private equity e envolvendo fundos de pensão. As cotas dos fundos Óleo e Gás, Brasil Petróleo 1, InfraBrasil, Angra Infra, Investidores Institucionais II, Investidores Institucionais III e Caixa Ambiental foram vendidas por R\$ 180 milhões. O valor corresponde a um desconto de cerca de 30% em relação ao preço das cotas.

“Primeiro fizemos um projeto piloto, com a venda de uma posição menor, de R\$ 1 milhão, para testar o processo, entender o modelo, a documentação”, conta Alexandre Mathias, diretor de investimentos da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras. No início do ano passado, a fundação chamou 12 investidores para avaliar os ativos e três deles chegaram a assinar um acordo de confidencialidade. A fundação e a compradora também consultaram a reguladora Previc, ao longo do processo de negociação, inclusive sobre a precificação. “É um desconto compatível com negociação de ativos ilíquidos e de análise mais complexa. Foi um bom negócio para a fundação”, diz Mathias.

Em um mercado com poucas transações secundárias, a Spectra tem sido uma dos principais compradoras - essa é a 52ª aquisição de cotas nesse modelo feito pela gestora. A Spectra já era investidora em parte desses fundos alvo da negociação. Segundo Renato Abissamra, sócio da Spectra, a compra foi feita com coinvestidores e com recursos dos fundos 3 e 4, este recém-levantado no valor de R\$ 800 milhões. “O mercado secundário de private equity é bastante ativo no mundo todo e um maior volume no país desse tipo de transação indica maturidade do mercado local”, diz Abissamra.

A carteira não trouxe retorno consolidado para a fundação. Mathias não revela qual foi o montante investido originalmente pela Petros nesses fundos. “Um fundo teve bom desempenho e os outros são mais desafiadores”, diz. Ele explica que a transação faz parte do plano da Petros de revisão de suas carteiras e políticas de investimento, o que vem sendo implementado ao longo dos últimos anos.

“Esse processo começou com a reconstrução de governança da Petros, de revisão de processos, troca de equipe e decisões colegiadas”, destaca. Na diretoria de investimentos, por exemplo, 75% da equipe tem menos de três anos de casa. Fez parte desse processo uma reavaliação de preço justo dos ativos, conforme o executivo, para que o balanço da fundação não refletisse expectativas distantes da realidade.

“Adotamos uma postura crítica em relação a laudos de avaliação, com a criação de uma comissão de precificação para ativos ilíquidos, de forma a refletir um preço mais justo, em linha com nossas premissas, para colocar no balanço”, diz Mathias. “Isso fez com que a Petros fizesse uma revisão para baixo do valor de seus investimentos ilíquidos nos últimos três anos, com mais transparência.” Além disso, a fundação passou a considerar o mercado secundário como forma de liquidez pela necessidade, nos anos anteriores, de equacionamento de planos de pensão.

A fundação tem ainda posição em outros 19 FIPs, que somam cerca de R\$ 1 bilhão e representam pouco mais que 1% do total dos investimentos. Esse

fundos também podem ter suas cotas vendidas. A Petros não descarta novos investimentos nesse tipo de fundo, como diversificação de portfólio. “O que temos é uma redefinição de como fazer isso, de aprovação em um comitê, e de seleção de fundos que não sejam concentrados em uma mesma safra e mesmo setor”, diz.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/09/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petróleo da Eneva

A Eneva identificou indícios de óleo e gás na Bacia do Parnaíba, com a conclusão da perfuração do poço 4-ENV6-MA, localizado no Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) Fazenda Tianguar. Segundo a empresa, em comunicado, a descoberta ocorreu dentro de um processo de exploração e novas etapas ainda devem ser cumpridas.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/09/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Por Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio
Título:	Vale mantém meta anual de 400 milhões de toneladas

Vale mantém objetivo de alcançar produção de 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, mas sem prazo definido, diz diretor financeiro

A Vale mantém o objetivo de alcançar produção de 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, mas não há prazo definido para atingir essa marca. Atingir a meta será questão de tempo, disse ontem o diretor-executivo de finanças da empresa, Luciano Siani.

Antes da tragédia de Brumadinho, em janeiro, a Vale esperava atingir esse volume de produção ainda neste ano, mas o número foi abandonado depois do rompimento da barragem da mina de Córrego de Feijão e seus desdobramentos. A empresa passou a trabalhar com uma meta de vendas de minério de ferro e pelotas, que situa-se entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas para 2019.

“Isso [atingir produção anual de 400 milhões de toneladas] levará um tempo, mas é só questão de tempo”, disse Siani, no evento FT Commodities Americas Summit 2019, no Rio. Ele afirmou que a meta poderá ser atingida depois que todas as barragens e minas retomarem a operação, dentro de novas exigências e padrões de segurança. O executivo também comentou que o desejo da companhia é que, em três anos, as suas operações sejam normalizadas.

Em encontro com investidores no fim de 2018, a Vale indicou que trabalhava com previsão de produzir cerca de 400 milhões de toneladas neste ano. Tudo mudou depois de Brumadinho, com a mineradora revendo suas projeções, e passando a trabalhar com metas públicas de vendas. No segundo trimestre de 2019, a companhia reafirmou que as vendas de minério de ferro e pelotas devem situar-se no “centro da faixa” entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas neste ano.

Siani disse ainda que existe uma tendência de queda na demanda chinesa por minério de ferro nos próximos anos. A tendência geral de demanda é de estável para descenso, disse Siani: “Eles [chineses] vão reduzir intensidade [da demanda] em algum momento e utilizar mais sucata.”

O diretor disse que o pico de demanda chinesa era esperado inicialmente para 2015, mas que “eles [chineses] já estão surpreendendo” positivamente a indústria há alguns anos. Siani acrescentou que a demanda chinesa está alta e que, independentemente dos desdobramentos de Brumadinho sobre a produção, o viés dos preços no mercado neste ano já seria de alta. “Não é possível dizer que a Vale está ganhando mais dinheiro com Brumadinho”, observou.

O executivo reafirmou que a mineradora vai continuar priorizando a mitigação e a compensação à sociedade pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em detrimento da distribuição de dividendos. “[Pagar dividendos] não é a prioridade. Temos que focar em mitigação e compensação.” Siani aproveitou para falar das principais ações e medidas de governança adotadas pela Vale depois da tragédia ocorrida em janeiro. A companhia quer ampliar o fator de segurança de suas barragens.

Siani disse também que um conjunto de especialistas está trabalhando nas investigações científicas sobre o rompimento da barragem. Ontem, no fim do dia, a Vale informou que obteve decisão favorável de um tribunal inglês para prosseguir com a execução da sentença arbitral de US\$ 2 bilhões, obtida contra a BSG Resources Limited (BSGR), na Inglaterra. A sentença arbitral se relaciona ao projeto de minério de ferro de Simandou, na Guiné, na África.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Justiça rejeita denúncia contra conselheiros da Samarco**

A acusação de homicídio qualificado com eventual dolo fica agora concentrada na diretoria da mineradora e seu corpo técnico

A Justiça rejeitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra onze conselheiros e membros de comitês da Samarco, indicados pela Vale e pela BHP, na ação penal iniciada após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015. Na prática, a acusação de homicídio qualificado com eventual dolo fica agora concentrada na diretoria da mineradora e corpo técnico.

A decisão foi proferida pelo juiz Jacques de Queiroz Ferreira, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1), subseção de Ponte Nova (MG), no dia 20 de setembro. Ao mesmo tempo, a Justiça deu seguimento à denúncia contra a Vale, a BHP e a Samarco.

Segundo o magistrado, o “TRF/1ª Região, como já explicitado, não reconheceu, no rompimento da Barragem de Fundão, a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração como garantidores, pois, apesar de possuírem funções deliberativas, não executavam atos de gestão e execução no âmbito da Samarco”.

Na sequência, o juiz lembra que os fundamentos usados para isentar os conselheiros também podem ser aplicados aos membros de comitês e subcomitês da mineradora, “que são órgãos colegiados, de natureza meramente consultiva, não possuindo, também, poderes para intervir na gestão da empresa, e, portanto, assumirem o status de garantidores”

A decisão é embasada em cinco precedentes do TRF1, que considerou que mesmo os conselheiros efetivos, com direito a voto, não poderiam ser considerados responsáveis ou capazes de evitar o acidente.

O MPF pode recorrer. Antes, o TRF já havia atendido pedido de habeas corpus proposto por outros cinco executivos ligados à Samarco, entre eles o ex-diretor de ferrosos da Vale e ex-conselheiro da Samarco, José Carlos Martins.

Os executivos da BHP Sérgio Fernandes, Guilherme Ferreira e André Cardoso são representados pelo escritório Mendonça e Marujo Advogados. A defesa dos executivos da Vale, incluindo o então diretor de ferrosos e carvão da Vale e ex-conselheiro da Samarco Gerd Peter Poppinga é feita pela David Rechulski Advogados. A Vale não quis comentar a decisão.

O rompimento da barragem de Fundão, na unidade de Germano, ocorreu em 5 de novembro de 2015 e resultou na morte de 19 pessoas, entre moradores do entorno e funcionários da Samarco e empresas terceirizadas, cujos corpos nunca foram localizados. A barragem armazenava cerca de 56,6 milhões de metros cúbicos (m³) de rejeitos e houve vazamento de 43,7 milhões de m³.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Para alinhar preço ao importado, siderúrgicas vão sustar descontos

As fabricantes de aço plano no país vão realinhar seus preços aos patamares do último reajuste, efetivado no início de abril, a partir de 1º de outubro. Desde então, com a demanda fraca no mercado brasileiro, as empresas vinham concedendo descontos aos seus clientes porque não conseguiram emplacar os percentuais definidos, informou ontem ao **Valor** o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro.

Na época, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Usiminas, Gerdau e ArcelorMittal aplicaram reajustes de preços entre 10% e 15% em seus produtos. As novas tabelas foram enviadas aos setores de distribuição, linha branca, máquinas e equipamentos, construção e de autopeças.

O aumento de preços não se sustentou junto aos clientes porque a demanda de aço ficou abaixo do esperado devido ao enfraquecimento da economia. O consumo aparente de aço neste ano, que já teve a projeção do início do ano revisada para baixo pelo Instituto Aço Brasil, pode ficar no zero a zero. No máximo subir 1%.

Nas últimas semanas, com a alta verificada no câmbio - valorização do dólar frente ao real -, o prêmio do produto importado internado atingiu 10% em relação ao nacional. Isso estimulou as siderúrgicas a retirar gradualmente os descontos até o fim do mês.

Com as montadoras de automóveis, os reajustes são anuais. O novo aumento, a partir de janeiro de 2020, começou a ser negociado neste mês entre as usinas de aços planos e empresas automotivas.

Conforme o Inda divulgou ontem, as vendas de aços planos no mercado interno em agosto recuaram 6,4% na comparação com mesmo mês do ano passado. O volume comercializado na rede atingiu 279,9 mil toneladas. Um ano atrás foram 299,2 mil toneladas. Já no acumulado do ano, foi registrado aumento de 5,7%, com comercialização de 2,238 mil toneladas.

As distribuidoras decidiram fazer menos pedidos no mês devido à fraca demanda no país. O volume adquirido nas usinas caiu 6,8%, para 279,7 mil toneladas, ante agosto de 2018. De janeiro a agosto, foram 2,06 milhões de toneladas, 3,5% de retração em comparação com igual período.

O giro dos estoques na rede ficou em 2,7 meses de vendas - 762,5 mil toneladas. Em agosto de 2018 passava de três meses, com 920 mil toneladas.

Conforme o Inda, as importações de aços planos somaram 89,8 mil toneladas no mês passado, queda de 9,5% na base anual. De janeiro a agosto, a entrada de material estrangeiro totalizou 775,6 mil toneladas, retração de 8,8% sobre igual período de 2018.

Em agosto, 37% do aço importado veio da Rússia, seguida por China, com 26,4%, Áustria, 14,3% e Coreia do Sul, 8%, entre outros. No acumulado, incluindo placas, a China liderou com 53,2%. Rússia e Coreia do Sul vieram a seguir com 19% e 6,6%, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Vereadores querem indiciar direção da Braskem

Comissão Especial de Inquérito da Câmara de Maceió pediu indiciamento da diretoria da empresa

O relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara de Vereadores de Maceió (AL) pediu o indiciamento do presidente da Braskem, Fernando Musa, e de outros membros da diretoria da petroquímica, por causa dos problemas estruturais que imóveis e vias de três bairros da capital alagoana têm enfrentado, e estariam associados à extração de sal-gema da companhia. O pedido atinge o vice-presidente de químicos e vinílicos, Marcelo Cerqueira, o

diretor de relações institucionais, Milton Pradines, e o diretor de vinílicos, Álvaro Cezar.

O relatório final, que tem 40 páginas e condensa cinco meses de trabalhos da comissão, foi apresentado na segunda-feira à tarde pelo relator, vereador José Márcio Filho (PSDB), e aprovado pelos demais membros, Francisco Sales Filho (PPL), Sylvania Barbosa (PRTB), Francisco Filho (Progressistas) e Samyr Malta (PSDC). Os vereadores incluíram um quarto bairro entre aqueles que teriam sido afetados pelos eventos geológicos.

Procurada, a petroquímica disse que discorda da sugestão de indiciamento de seus executivos. “O relatório da CEI não traz fatos novos nem informações adicionais às apurações em andamento e apresenta relevantes inconsistências jurídicas”, informou, acrescentando que “sempre colaborou com as apurações, participou de todas audiências que foram agendadas com as autoridades e forneceu todas informações solicitadas”.

A Braskem questiona pontos do laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) que relacionou a mineração de sal-gema ao afundamento do solo em três bairros de Maceió. Um laudo independente assinado por pesquisadores da Universidade de Houston, contratada pela companhia, apontou falhas em metodologias empregadas pela CPRM.

Conforme a Câmara de Maceió, a comissão tem 20 dias, a contar da assinatura do relatório, para enviá-lo às autoridades competentes. A intenção dos vereadores é que o relatório seja enviado para Brasília com vistas à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em Brasília (CPI) e que a Braskem seja investigada pela Polícia Federal e Polícia Civil.

O pedido de indiciamento se estende ainda à atual diretoria da Agência Nacional de Mineração (ANM) e a seus cinco últimos diretores, sob a justificativa de “omissão e negligência” em relação ao problema em Maceió. A comissão também solicita a destituição da diretoria da Braskem em Alagoas, “por ser a responsável direta pelos problemas estruturais de rachaduras, fissuras e afundamento de vias dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e agora do Bom Parto, em Maceió, com mais de 30 mil famílias atingidas”.

A petroquímica já firmou um termo de cooperação para adoção de medidas emergenciais com o Ministério Público, com o município de Maceió e com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL), que está em curso. A Braskem também decidiu que não vai mais retomar a operação nas minas que vinham sendo exploradas em Maceió, mas tem buscado alternativas para reiniciar as atividades nas fábricas de cloro-soda e dicloroetano em Pontal da Barra, na capital alagoana, usados na produção de PVC.

Por causa dos problemas em Alagoas, a companhia é alvo de três ações civis públicas e já ofereceu dois seguros-garantia que juntos totalizam R\$ 6,4 bilhões para evitar o bloqueio de recursos de seu caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/09/2019

Seção: Empresas

Autor: David Sheppard, Simeon Kerr e Anjli Raval — Financial Times, de Londres, Dubai e Abu Dhabi

Título: Príncipe saudita quer ricos do país em IPO da Aramco

A Arábia Saudita vem pressionando famílias locais ricas a participar da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de sua gigantesca petrolífera estatal, a Saudi Aramco, como parte de seu plano para que a empresa alcance a meta de avaliação desejada pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, de US\$ 2 trilhões.

Segundo oito fontes a par das conversas, o governo espera contar com a participação dessas famílias para aumentar a confiança na abertura de capital da Saudi Aramco, que foi abalada depois dos ataques devastadores contra a infraestrutura petrolífera saudita na semana passada.

Quatro das fontes disseram que algumas das famílias mais ricas do país foram “coagidas”, “intimidadas” ou “forçadas” a entrar na operação, que seria o maior IPO da história, como investidores “cornerstone”, que subscrevem antecipadamente grandes fatias de ações e não podem revendê-las por determinado período.

Muitas das famílias têm membros que haviam sido presos no hotel Ritz Carlton, de Riad, em 2017 e 2018, no que o governo chamou de uma ofensiva contra a corrupção. Alguns dos detidos afirmam que foram torturados, segundo fontes. A maioria foi libertada posteriormente, depois de chegar a acordos financeiros com o governo.

Entre os pressionados a participar da abertura de capital da Saudi Aramco estão Alwaleed bin Talal, o outrora bilionário ostentoso que ficou detido no Ritz Carlton por mais de três meses. Muitos de seus ativos continuam congelados na

Arábia Saudita e as fontes disseram que foi sugerida a ele a possibilidade de usar esses recursos para investir na oferta de ações.

Um porta-voz do Kingdom Holding, veículo de investimento de Alwaleed bin Talal, que é príncipe, não respondeu os pedidos para comentar o assunto.

Dezenas das famílias mais ricas da Arábia Saudita foram abordadas, disse um investidor saudita, segundo o qual a pressão não foi aberta. “Foi uma grande parte das [famílias] que estão entre as 50 mais ricas.”

Como parte da iniciativa, um magnata empresarial saudita foi pressionado para entrar com até US\$ 100 milhões, segundo um de seus assessores, que não quis tornar a identidade do chefe pública.

O empresário também havia ficado detido no Ritz Carlton por mais de três meses e chegou a um acordo com as autoridades na ocasião ao aceitar abrir mão de alguns ativos e pagar parcelas mensais para saldar sua suposta dívida com o governo.

“Ele [o empresário] agora está sendo encorajado a fazer seu dever patriótico para com o reino”, afirmou o assessor. “Mas há um limite para o quão patriótico ele quer ser”, completou.

A pressão sobre as famílias locais mostra até que ponto o governo está disposto a ir para promover a abertura de capital, três anos depois de revelar os planos pela primeira vez. Também coloca em desconfortável evidência os executivos de bancos ocidentais que confluíram a Riad para tentar ganhar os trabalhos de subscrição da operação ou de assessoria à Saudi Aramco.

A petrolífera estatal não quis comentar o assunto. O governo não respondeu o pedido por comentários a tempo da publicação.

J.P.Morgan, Goldman Sachs, Morgan Stanley e Credit Suisse estão entre as mais de dez instituições financeiras encarregadas de promover a oferta de ações para investidores nesta semana. Não está claro se as firmas têm conhecimento da pressão sobre as famílias sauditas, que segundo uma das fontes vem sendo exercida pelo governo saudita e não pela petrolífera.

A meta de uma avaliação de US\$ 2 trilhões traçada pelo príncipe Mohammed - filho do rei Salman e, na prática, líder do país - tornou o processo mais lento em 2018 em razão dos temores de que poderia constranger o herdeiro real caso não fosse atingida.

Alguns bancos que receberam funções no IPO neste mês disseram a autoridades sauditas que poderiam conseguir a avaliação de US\$ 2 trilhões, segundo várias fontes a par do processo.

Muitos analistas acham que uma avaliação entre US\$ 1 trilhão e US\$ 1,5 trilhão seria mais realista. A empresa é a maior produtora de petróleo e a mais lucrativa do mundo, mas investidores receiam que venha acompanhada de grandes riscos políticos.

As famílias, das quais fazem parte alguns dos mais de 300 magnatas e membros da realeza que ficaram detidos no Ritz Carlton, são, portanto, um elemento essencial para garantir que a operação tenha uma demanda superior às ações ofertadas e seja bem-sucedida, segundo executivos da área de um banco de investimento.

“Alguns [dos ricos] vão ter mais dificuldade em dizer ‘não’ do que outros”, disse uma fonte, descrevendo a abordagem de Riad como uma combinação de “bajulação e intimidação”.

Uma família saudita abordada pelo gerente de relacionamento de seu banco foi avisada que seus ativos congelados durante a detenção no Ritz Carlton poderiam ser transferidos para a compra de ações da Saudi Aramco.

“E por que não?”, disse um executivo de banco. “[Eles] não podiam ter acesso a esses fundos de qualquer forma”, afirmou.

A Saudi Aramco planeja abrir 3% do capital da empresa na Tadawal, como é chamada a Bolsa de Valores Saudita, em Riad, incluindo a porção alocada às famílias ricas e demais investidores “cornerstone”. Isso levantaria US\$ 60 bilhões para o país. A operação, no entanto, ainda poderia ser limitada a uma participação de 1%.

Grandes investidores na região, incluindo Abu Dhabi, Kuwait e várias importantes instituições asiáticas, também deverão ser sondadas, de acordo com duas fontes que foram informadas dos preparativos do processo de IPO. De acordo com uma delas, famílias ricas no Egito e Líbano que têm laços com a realeza saudita também foram sondadas.

O plano para abordar as famílias ricas para convencê-las a se tornar investidores “cornerstone” foi noticiado inicialmente pela Bloomberg. A notícia não havia detalhado o tipo de pressão que elas vêm sofrendo. **(Colaborou Arash Massoudi, de Londres).**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/09/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras quer indenização de sindicalistas por ações políticas**

Empresa acusa 8 autores de acionarem a Justiça em locais diferentes, com mesma motivação, o que causou danos

Rio de Janeiro- A Petrobras entrou na justiça pedindo indenização de sindicalistas que moveram ações contra processos de venda de ativos. Nas ações, a empresa acusa os autores de mover ações com motivação política em locais diferentes, causando prejuízos financeiros e de imagem.

A estatal pede que oito sindicalistas paguem os custos que teve com advogados e viagens, além de indenização por danos morais de R\$ 100 mil, cada um. Os sindicatos acusam a empresa de lançar mão de estratégia de intimidação.

As ações citam quatro sindicalistas ligados à FUP (Federação Única dos Petroleiros) — Fernando Maia, Tezeu Freitas Bezerra, Ligia Deslandes e Deyvid Bacelar — e quatro ligados à FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) — Eduardo Henrique Soares da Costa, Igor Mendes, Marcello Bernardo Xavier Reis e Nata-lia Russo Lopes.

“Os réus, todos representantes sindicais, têm buscado fazer política com as mãos do Poder Judiciário”, diz a estatal na primeira ação sobre o tema foi ajuizada no dia 16 de agosto, com três réus. No dia 19, nova peça foi ajuizada, incluindo outras cinco pessoas.

“Para tanto, têm ajuizado, desenfreadamente, diversas ações populares, muitas repetidas, e que, pelos limitados motivos que expõem, não visam verdadeiramente impedir ou pelo menos debater juridicamente a alienação dos ativos, participações societárias, e sim causar embaraços à autora.”

A empresa cita como exemplos ações contra o processo de venda de refinarias, ainda em curso, e da participação de 30% da BR Distribuidora, concluído em julho. No primeiro caso, diz, os mesmos autores ajuizaram pedidos em Recife e Canoas (RS). No segundo, em Brasília e no Rio.

A empresa sustenta que tem tido prejuízos financeiros com advogados e viagens para se defender, além de danos à sua imagem. Pede, portanto, que os sindicalistas paguem os custos, além das indenizações.

“É um ataque contra as organizações de trabalhadores”, diz o secretário-geral da FNP, Adaedson Costa. “O intuito do departamento jurídico da empresa é fazer intimidações”.

“Trata-se, na verdade, de tentativa vil de criminalizar o direito de petição e a liberdade sindical que as lideranças têm em representar sua categoria, com o fito de impedir a fiscalização dos atos praticados pela empresa e seus dirigentes”, disse, em nota, a FUP

As ações representam mais um sinal de recrudescimento das relações entre a gestão atual da companhia e os sindicatos de petroleiros. Este ano, diante de impasse, as negociações de reajuste salarial e acordo coletivo de trabalho foram levadas a mediação do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

A direção da companhia propôs reajuste equivalente a 70% do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) e corte no valor de horas extras. Os sindicatos reclamam da perda de direitos e ameaçam paralisar as atividades.

Na semana passada, o tribunal apresentou uma proposta de mediação.

Procurada, a Petrobras não comentou as ações judiciais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Com privatizações, Receita aumenta arrecadação e registra R\$ 119,9 bilhões

Melhor resultado para mês de agosto em 5 anos foi impulsionado por recebimento extraordinário de R\$ 5,2 bi por alterações societárias

Brasília- A Receita Federal registrou uma arrecadação total de R\$ 119,951 bilhões em agosto, o que representa um aumento real de 5,67% na comparação com o mesmo mês de 2018. O resultado foi o maior apurado para o mês em cinco anos (já considerando números corrigidos pela inflação).

O valor foi impulsionado pela arrecadação extraordinária de R\$ 5,2 bilhões por reorganizações societárias de empresas. A Receita afirma que o recolhimento é considerado atípico por ser pontual e não se repetir, e é decorrente de diferentes operações.

Entre as reorganizações, estão operações envolvendo estatais. Recentemente, por exemplo, a Petrobras vendeu uma participação de 30% na BR Distribuidora e deixou de ter controle sobre a empresa por R\$ 8,6 bilhões.

Com isso, as chamadas receitas administradas pela Receita (onde está o recolhimento com tributação) tiveram aumento real de 6,02% em agosto ante o mesmo mês de 2018, para R\$ 117,533 bilhões.

Se fossem desconsideradas as receitas atípicas, o Fisco registraria um crescimento nas receitas administradas de 1,54% em agosto, para R\$ 111,444 bilhões. Ainda assim, a Receita classifica o aumento como satisfatório e vê o número acima do PIB previsto para o ano (de 0,86%, na projeção do governo).

Além disso, a Receita afirma que os dados do mês de agosto foram beneficiados pelo comportamento de variáveis macroeconômicas, do crescimento do ganho de capital na venda de ações em bolsa e do crescimento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em razão do aumento de operações de crédito.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, afirma que os números apontam para uma melhora na atividade em relação ao ano passado. “Os indicadores demonstram que no ano de 2019 temos um ritmo de atividade mais dinâmico que em 2018”, afirma.

Já as receitas não administradas, que correspondem principalmente ao recolhimento com royalties de petróleo, ficaram em R\$ 2,418 bilhões. O número representa uma queda real de 8,98% em relação ao mesmo mês do ano passado e é influenciado pelo valor do câmbio e do barril, além da produção nacional de óleo e gás.

No acumulado do ano, a arrecadação total foi de R\$ 1,015 trilhão. O número representa um aumento real de 2,39% na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado é o melhor para os primeiros oito meses em cinco anos (considerando a correção pela inflação).

As receitas administradas somaram R\$ 971,817 bilhões no período de janeiro a agosto - um aumento real de 2,11% ante o mesmo período do ano passado. Já as não administradas cresceram 8,98% na mesma comparação, para R\$ 43,464 bilhões no acumulado do ano de 2019.

No ano, a Receita deixou de arrecadar R\$ 63,958 bilhões por desonerações tributárias. O número representa um aumento de 12% sobre o ano anterior e foi puxado principalmente pelo desconto de PIS/Cofins e Cide sobre o diesel (as alíquotas foram cortadas na paralisação dos caminhoneiros, em maio de 2018).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Nelson de Sá****Título: EXXON, O RETORNO**

Toda Mídia

Ao fundo, a revista Bloomberg Businessweek noticia que a “Exxon está de volta ao Brasil - e apostando alto no petróleo em águas profundas”. A petroleira “investe em licenças de exploração desde 2017” e vê o pré-sal, segundo seu porta-voz, como “investimento-chave para o futuro da Exxon”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/09/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Investidores elevam pressão por maior segurança na mineração brasileira**

Rio de Janeiro- Após se desfazer das ações que detinha na Vale, a Church of England, que administra o fundo de pensão dos trabalhadores e clérigos da igreja britânica, convocou outros investidores para se juntarem em um esforço para pedir mais transparência e investimentos em segurança no setor de mineração.

As ações ocorreram após o rompimento da barragem de Brumadinho (MG) e mostram como a tragédia que deixou 249 mortos e 21 desaparecidos em janeiro levou a um aperto de investidores institucionais sobre o setor.

Nas últimas semanas, tanto as mineradoras brasileiras reunidas no Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) quanto os produtores globais lançaram programas de reforço à segurança e relacionamento com comunidades.

Até novembro, o ICCM (Conselho Internacional de Mineração e Metais) lança um novo código de conduta, com padrões mais restritos para a operação de barragens.

Os investidores liderados pela Church of England criaram a Iniciativa de Segurança para Investidores em Mineração e Rejeitos. O grupo reúne investidores que gerem cerca de US\$ 1,3 trilhão (R\$ 5,4 trilhões) e já pediu amais de 700 mineradoras detalhes sobre suas operações.

O diretor de Ética e Engajamento do conselho de pensões da entidade, Adam Matthews, disse nesta terça (24), que trata-se de um processo de “intervenção sistêmica” feito por investidores no setor.

Ele participou por telefone do Financial Times Commodities Summit, realizado no Rio, e reforçou a percepção de que a pressão dos investidores, tanto por razões de imagem quanto pela possibilidade de perda de dinheiro em acidentes, será um dos motores de mudança no setor.

A situação da Vale ilustra o motivo das preocupações: considerada boa pagadora de dividendos, a empresa anunciou suspensão da remuneração a acionistas por tempo indeterminado, alegando que precisa focar na remediação dos danos em Brumadinho.

A empresa está investindo R\$ 7 bilhões na descaracterização de barragens semelhantes à que se rompeu em janeiro. Os investimentos em descaracterização, novas tecnologias de armazenagem de rejeitos e maior apoio a comunidades serão cada vez mais demandados não só por investidores, mas também por autoridades e reguladores.

“Vamos ter que nos acostumar em um mundo em que o investimento é mais alto, porque vamos ter que investir mais em segurança. É o novo normal”, disse a diretora de Estratégia da Sigma Lithium, Ana Cabral.

“Precisamos olhar para a frente, de uma forma diferente do que a gente vinha fazendo”, disse à Folha o presidente do Ibram, Wilson Brumer.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Faltam só 55 dias

Há uma corrente no STF pensando em adiar o julgamento, marcado para 20 de novembro, da constitucionalidade da lei que divide com outros estados os royalties do Rio e dos outros produtores de petróleo.

O confisco faria o Estado ter de devolver uns R\$ 22 bilhões e deixar de arrecadar R\$ 25 bilhões entre 2019 e 2023. A tese de adiamento vem por causa da reforma tributária, que será a bola da vez no Congresso assim que acabar o trâmite da reforma da Previdência, e que trata exatamente do ordenamento das fontes de receita nas três esferas da União. Morro de medo.

Castello Branco acertou a mão

Com o barril a US\$ 63 — logo após os atentados a refinarias da Arábia Saudita, especulou-se uma disparada de preço —, o mercado acha que o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, foi prudente em fazer um reajuste moderado da gasolina, em 3,5%.

EM DEFESA DE BOLSONARO

Na ONU, Bolsonaro taxou de “trabalho escravo” a ditadura cubana ficar com parte do salário dos médicos que vinham ao Brasil. Isso também ocorria no gabinete de Flávio Bolsonaro. Um pedaço do salário do pessoal ia para Queiroz.

MME / ASCOM .